



## ARTICULANDO TERRITÓRIO, LUGAR, ESCALA E REDE: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PARA GEOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA<sup>1</sup>

Davidson Matheus Félix Pereira <sup>2</sup>

### RESUMO

Esse pequeno ensaio, busca alinhar algumas das propostas metodológicas de BRENNER et al.(2017) e DICKEN et al. (2001), adaptando-as a dinâmica do reescalonamento e formação das redes no Brasil. Através da análise integrada do território, lugar, escala e rede, discutimos brevemente alguns aspectos da globalização e neoliberalização e seus efeitos no espaço. À partir dessa leitura, trabalhamos com um exemplo empírico: A atuação da empresa Alpargatas S.A no Estado da Paraíba. Nesse sentido, através de análise bibliográfica e de relatórios da empresa, buscamos aplicar a proposta metodológica da TLER. Concluímos inicialmente que a empresa possui o poder de criar sua própria rede no estado da Paraíba, se articulando na escala urbana, regional e cada vez mais internacional. A empresa também tem buscado ampliar sua escala de atuação, tanto na distribuição de seus produtos, quanto de sua produção, expandindo-a para outros países. Por fim, essa breve reflexão nos permitiu observar que o capital modifica as configurações geográficas a medida que se flexibiliza e ganha maior fluidez no espaço.

**Palavras-chave:** TLER; Multidimensionalidade Espacial; Geografia Econômica.

### INTRODUÇÃO

A globalização, vem se tornando cada vez mais um desafio, tanto, prático, quanto teórico, em um contexto de neoliberalização. Podem ser destacados as destituições progressivas de direitos conquistados no processo civilizatório ocidental, homogeneização e a perda das soberanias nacionais em detrimento dos agentes hegemônicos cosmopolitas. Da mesma forma, tem sido um desafio teórico, entender um fenômeno tão complexo. Portanto, se faz necessário, que as epistemologias espaciais críticas, desenvolvam para além de uma teoria, uma metodologia complexa, que possa abarcar essa dimensão. Nesse caso, uma análise integrada do objeto de estudo a partir de sua dimensão territorial, escalar, em rede e local.

Aplicamos essa proposta para refletirmos e analisarmos rapidamente a maneira como a Alpargatas S.A (que produz as sandálias da marca Havaianas) se organiza produtivamente no espaço regional da Paraíba e atua no território nacional se projetando internacionalmente. Em outras palavras, a maneira como a empresa se articula nas diferentes escalas para expandir sua

---

<sup>1</sup>Esse trabalho é resultado de algumas reflexões que partiram de algumas disciplinas e da realização do projeto de mestrado realizado no Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFPB), com financiamento do CNPQ, intitulado “Espaço, Indústria e Trabalho: Efeitos da Reestruturação Produtiva em Campina Grande-PB e Região”, realizado por Davidson Matheus Félix Pereira, sob orientação da Dra. Arlete Moyses Rodrigues (Unicamp; UFPB) e coorientação do Dr. Alexandre Sabino Nascimento (UFPB)

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [davidson\\_gids@yahoo.com.br](mailto:davidson_gids@yahoo.com.br);



produção e mercado consumidor. Nos interessa também, identificar o grupo de investidores e o poder que essa corporação possui sobre o território brasileiro e principalmente paraibano.

Através de análise bibliográfica e de documentos da empresa, buscamos aplicar a proposta metodológica da TLER (Território, Lugar, Escala e Rede), a partir da qual, observar a transformação da estrutura produtiva da empresa, especialmente após abertura econômica brasileira iniciada nos anos 1990, se estruturando a partir de uma política de descentralização produtiva. Identificamos que seu sistema produtivo na paraíba é pulverizado em 9 plantas em diferentes cidades paraibanas, tendo como a principal, localizada na cidade de Campina Grande-PB. Também foi possível perceber, uma tendência a internacionalização de seu capital, sua produção e seu mercado.

## **METODOLOGIA**

A trajetória metodológica da presente pesquisa, se pautou principalmente em um levantamento bibliográfico acerca de algumas das principais discussões sobre os conceitos de território, lugar, rede e escala. Utilizamos como apoio, principalmente as obras de (BRENNER et al., 2017); (DICKEN et al., 2001); (SANTOS, 1997) e (SMITH, 1988). De maneira secundária, utilizamos a abordagem integrada da TLER para entendermos a dinâmica espacial da Alpargatas S.A em um contexto multidimensional (e multiescalar). Para tanto, nos servimos dos relatórios anuais, formulários de referência e demonstrações financeiras da empresa em questão, assim como alguns jornais eletrônicos.

Nesses termos, a presente pesquisa possui primordialmente, um caráter metodológico, de cunho ensaístico, e secundariamente um caráter empírico. O objetivo é analisar em primeiro plano, a possibilidade de utilização da proposta de TLER para analisar a realidade socioespacial brasileira. Em segunda plano, buscamos aplicar essa proposta de maneira bastante preliminar a um exemplo empírico.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

As análises acerca das relações global e local avançaram, agentes importantes foram inseridos nas análises, como: o Estado, os empreendedores, financistas, trabalhadores e etc. Uma grande importância foi dada ao conceito de Espaço, como conceito-chave, o lugar por vezes na matriz estruturalista foi analisado como lócus da reprodução do capital, o território em



alguns momentos confundido com a relação desempenhado pelo Estado no espaço, a região foi posta em questão quanto a sua existência concreta, e sua dimensão ideológica e de dominação do próprio Estado capitalista.

Para Neil Brenner, a virada espacial estruturalista, trouxe avanços, mas junto a mundialização crescente da economia, a explosão espacial, a descentralização das indústrias, os avanços tecnológicos (BRENNER, 2017), em uma outra leitura, o advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), ou a dita pós-modernidade (HARVEY, 1996) o estruturalismo encontra-se desafiado por outras matizes filosóficas, pós-estruturalistas, que tem evidenciado a necessidade da complexidade nas análises.

Podemos dizer que um dos pontos de partida de uma nova abordagem geográfica das relações de produção e da acumulaçãoi de capital a nível global, partiu, principalmente após o ensaio importante de Neil Smith<sup>3</sup> (SMITH, 1988), onde o mesmo analisou a forma como as escalas eram produzidas dentro de um quadro de desenvolvimento desigual. As escalas, nesse sentido passaram a tomar um conteúdo analítico diferente e integrador. Na medida em que passou-se a entender a forma como são produzidas pelo Capital foi possível identificar, como o reescalonamento destas permitira a continuação e expansão da acumulação do capital.

As escalas são produzidas na esteira da tendência de equilíbrio e na eminência das crises do capital (SMITH, 1988, p. 191-194). Ou seja, pela natureza própria do capital se desenvolver e desenvolver desigualmente o espaço, as escalas (mundial, nacional, regional e urbana) estão em constante mudança de conteúdo. Como não existe um fixo espacial ideal para conter as contradições do capital, o sistema como um todo produz configurações espaciais diversas, articulando e rearticulando as escalas, a partir das necessidades de expansão das relações capitalistas. Dessa forma, o capital adquire a fluidez necessária à sua sobrevivência, realizando um verdadeiro “movimento geográfico de vaivém”, deslocando-se de espaços desenvolvidas, para espaços subdesenvolvidas, em busca de taxas de lucros maiores. (SMITH, 1988, p. 212-216)

O que importa desse argumento para nossa análise, é entender que a produção de novas escalas e sua articulação-desarticulação-rearticulação, se associa a outras dimensões espaciais. Por exemplo, escala urbana é atualmente a escala que fornece a maior mobilidade ao capital (SMITH, 1988, p. 214), no entanto, a expansão e produção dessa escala, está totalmente imbricada ao um reescalonamento do território. Assim, há uma mudança qualitativa nas escalas internas do território (redivisão regional do trabalho, priorização da escala urbana, ou

---

<sup>3</sup> Para uma leitura mais precisa vide os capítulos 4 e 5 (SMITH, 1988, p. 149-216)



setorização do desenvolvimento) (SMITH, 1988, p. 208-209) e sua relação com a escala mundial (diminuição das barreiras econômicas e a inserção progressiva na divisão internacional do trabalho), em que cada região passa a se especializar em função das novas divisões territoriais do trabalho.

Como dissemos, a escala urbana se torna a privilegiada a partir do reescalonamento do Estado e do capital. No entanto, para essa escala se expandir, se faz necessário uma integração entre os pontos de concentração e comando do capital, essa, integração se dá a partir da produção geográfica de redes e de arranjos urbanos regionais.

Essa dimensão escalar, nos aponta para a necessidade de buscarmos um entendimento da totalidade do espaço, enquanto instância multidimensional (total, particular, específico; global, territorial, local). Por isso propomos, não com a intenção de superar, mas sim de acrescentar uma nova perspectiva teórico-metodológica, que substitua a análise de quadros, para uma análise complexa, utilizando os conceitos de TLER (território, lugar, escala e rede) de maneira integrada, seguindo assim, as indicações teóricas de (BRENNER et al., 2017)

Desse modo, uma análise do espaço em sua totalidade, deve também considerar as combinações de cada dimensão socioespacial inserida em seu devido contexto histórico, visto que cada temporalidade remete a uma configuração diferente, com diferentes relações e formas de desenvolvimento de cada uma das dimensões, ou seja, deve ser entendida “em referência às: (a) paisagens de território, lugar, escala e redes herdadas de relações socioespaciais anteriores; e (b) estratégias emergentes orientadas para a transformação de tais paisagens – seja através de novas formas de territorialização, produção do lugar, produção da escala [*scaling*]” (BRENNER et al, 2017,p. 111-112).

No presente artigo (de cunho ensaístico), importa buscarmos uma abordagem estratégico-relacional, pautada tanto na perspectiva da regulação (que considera as leis, valores como estruturantes do regime de acumulação) e uma teoria do Estado, dentro de uma perspectiva da economia global. Iato é, permitindo uma análise das contradições e conflitos no seio das sociedades capitalistas em períodos, estágios e conjecturas específicas. Buscando identificar as diferentes formas de governar, ou de diminuir o impacto da acumulação de capital e da dominação política (BRENNER et al, 2017, p. 112). Para tanto, se faz necessário relacionar as escalas urbanas (do lugar) com a do território ,até chegarmos a escala internacional.

Em sua proposta metodológica para um estudo das cadeias globais de valor (CCGI) Dicken et al ,utiliza-se de uma estrutura analítica que privilegia um entendimento da economia global. Ou seja, ele parte de um recorte universal, para elementos particularizados e



interconectados, para entender uma totalidade de partes encadeadas, à partir do entendimento das redes (DICKEN et al 2001, p.91). Aqui, propomos o inverso, partirmos de escalas regionais, interurbanas, locais, para podermos entender sua relação e sua interconexão com outros pontos do globo, com vistas a entender os impactos da economia global nas pequenas e médias cidades por exemplo de uma região ou Estado de uma federação semi-periférica.

A chave da estratégia relacional dos estudos desse autor é a atenção dada as relações entre os diferentes atores-rede em determinados pontos da rede, mais do que a posição na estrutura per si. Assim como, a capilaridade do poder exercido por um determinado agente e as relações de poder que ele desempenha, em vez de privilegiar, como outros estudos o fazem, o controle de determinado agente sobre recursos, ou algo do gênero (DICKEN et al, 2001, p. 92). Nisso concordamos, mas acrescentamos em nossa análise que, a medida em que a escala geográfica diminui e o nível de importância geográfica econômica em um contexto global também, outros atores aparecem, além do Estado, dos agentes multilaterais, dos atores-redes, é necessário perceber agora os pequenos empresários, os comerciantes, as federações industriais, o poder político local, empreiteiros, os trabalhadores, etc.

Mais que entender a rede como estrutura, é necessário entendê-la como processo. Como relação entre a interação de diversos atores, que exercem poder em um processo de interrelação, resultando em uma estrutura. Logo, a rede se fixa em pontos, e desempenha sua funcionalidade a partir de uma base material, mas antes, ela é pensada e emerge de um campo de forças de diferentes interesses, em conflito ou em complementação. Cada vez mais, essas redes são “criadas a partir de uma função previamente pensada tanto em sua forma material quanto suas regras de gestão” (SANTOS, 1997, p. 221), em um processo dialético do território “de controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção” (SANTOS, 1997, p. 217).

Portanto, precisamos entender as relações de poder que conformam essas redes, e irmos mais além, demonstrarmos como se dá sua evolução na rede, e os desdobramentos desse campo de força. Ou seja, o “poder de criar, ingressar, ou escapar” na/de redes (DICKEN et al, 2001, p. 94). Visto que, “Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem recortes espaciais e criam outros” (SANTOS, 1997, p. 222).

Dessa forma, uma análise em rede que desconsidere as diferentes escalas geográficas em que essa se estrutura é estruturada, não nos permite uma análise concreta da economia global. Pois, a globalização levou a “relativização da escala”, em que os diferentes agentes



agem em várias escalas, o que torna improdutivo um trabalho que privilegie apenas um dos níveis. E mesmo as análises Global-Local, que excluam os agentes intermediários que constituem toda uma rede de agentes (DICKEN et al, 2001, p.95), não parecem ser tão frutíferas.

Assim como, não se pode privilegiar um conjunto de instituições ou ator e seus locais organizacionais específicos, considerando que, a depender do tipo de rede uma instituição ou ator pode ter um maior ou menor grau de importância e exercer diferentes graus de dominância, por exemplo um empreendedor pode ter um maior poder de impacto sobre uma economia que um determinado Estado, ou instituição estatal (DICKEN et al, 2001, p.95). Por isso, a dimensão territorial é imprescindível, visto que a natureza econômica não explica a multidimensionalidade da socioespacial da rede, sendo importante ter em vista as variações geográficas que a estruturam como, a dimensão territorial, a localização e a região, portanto, o papel do Estado como agente regulador, dos costumes, da cultura são muitas vezes pontos-chaves nos estudos de rede. (DICKEN et al, 2001, p.95).

Daí a necessidade da teoria do ator-rede, estar vinculada a dimensão territorial, visto que a rede é formulada por atores constitutivos (que estão territorializados na rede), e de atores externos territorialmente, mas que comandam a partir da ordem distante (SANTOS, 1997), regras, costumes e racionalidades externas, a própria dimensão territorial ao qual a rede se formula. Assim, há atividades econômicas interconectadas indiretamente e diretamente na rede, esse processo constitutivo da relação entre rede e território faz com que uma rede incorpore um território, ou um território incorpore a rede (DICKEN et al, 2001, p.97).

Por isso, é preciso “contar a história” dos atores-rede nesses processos, e nos atermos aos impactos das diferentes inserções tecnológicas na rede e suas relações (DICKEN et al, 2001, p.101). Buscando entender como as redes são criadas e mantidas no espaço, indicando a importância do ato performativo (ou seja, como, os atores vinculam outros atores e capturam determinadas estruturas processuais, códigos, domínio de tecnologias para exercerem o poder sobre esses na rede) (DICKEN et al, 2001, p. 104). Em outro sentido, é importante, evidenciar a dimensão do poder nessa relação, de que forma a produção da rede, permite a reprodução das relações de dominação, opressão, exploração dos agentes hegemônicos, que a produzem, com relação as classes dominadas.

A ANT<sup>4</sup> (Teoria ator-rede), leva o pesquisador a analisar o sistema produtivo, a partir de um enfoque que não privilegia apenas uma instituição, e reconhecer a capilaridade das

---

<sup>4</sup> Em inglês Actor-network Theory.



relações como ente constitutivo da sociedade moderna e não mais seu caráter sistêmico, estrutural, em camadas. Portanto, deve-se levar em conta o fator de constituição das organizações econômicas, e seu caráter de reformulação através do envolvimento com várias redes e atores.

Milton Santos, explica que o espaço da conectividade é organizado pelo discurso, normas e ordens distantes. “Essas redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos” (SANTOS, 1997, p.221). É verdade o que Milton fala, mas devemos nos ater as ordens diretas e ordens indiretas, as diretas sendo especificamente quando algum agente hegemônico comanda ,ou assessora um investimento em um outro país, uma ordem ou norma indireta que desterritorializa e reterritorializa , é quando a estrutura econômica e determinados eventos, impõem de forma relativa uma determinada ação de formulação de uma rede, por exemplo, quando os Estados são capturados pelas forças do mercado e passam a serem empreendedores e desempenham um papel de atrair investimentos, isso os faz terem que criar sejam redes mecânicas, ou redes técnicas-informacionais-científicas (SANTOS, 1997), não necessariamente realizando essa função , apesar de ser concebido como tal, quando a ordem ou a norma atinge de maneira indireta por um discurso ideológico o risco de um desmantelamento, ou de não-funcionalidade de uma rede é ainda maior principalmente se considerarmos o papel de subordinação desempenhado pelas economias periféricas no globo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso do nosso estudo acerca da atuação da empresa do ramo calçadista Alpargatas São Paulo<sup>5</sup> (essa que é uma empresa brasileira, mas controlada por agentes financeiros como Itaúsa e Cambuhy fundos de investimentos) no Estado da Paraíba, podemos preliminarmente perceber que, mudanças nos atores-rede (antes Camargo Corrêa), acionistas da Alpargatas, representam uma mudança na estrutura da rede a qual a empresa está inserida<sup>6</sup>, visto que, a rede, é além de uma relação e um processo, um mecanismo causal (DICKEN et al, 2001, p. 96), uma mudança em suas partes representa necessariamente em impactos na sua configuração,

---

<sup>5</sup> A empresa possui 3 fábricas e 6 fábricas satélites, contabilizando 9 cidades diferentes onde a mesma atua no Estado, em Campina Grande emprega cerca de 8000 funcionários, em Alagoa Nova 800, em Guarabira cerca de 450.

<sup>6</sup> Em junho desse ano, as fábricas da Alpargatas Argentina, de produção têxtil, em mais de 14 milhões de dólares, ou seja, ao que parece a empresa está buscando reestruturar sua produção, com buscas a se tornar mais competitiva e direcionar o seu capital para o ramo calçadista, aumentando seu poder de atuação vertical na cadeia global de valor dos calçados.



ou em outros pontos. A entrada desses novos atores, muda a atuação da empresa que passa cada vez mais a ser de escala internacional (exportação principalmente de sandálias Havaianas).

Ao analisarmos a organização espacial da empresa Alpargatas São Paulo<sup>7</sup> no Estado da Paraíba observamos a centralidade que possui a planta industrial presente na cidade de Campina Grande. Suas operações se iniciam nos anos 1985, em Campina Grande (FERREIRA, 2018, p. 117). Hoje em dia, o principal produto realizado nessa planta é a sandália Havaianas, a indústria tem capacidade para produzir mais de 200 milhões de pares somente nessa planta industrial, que conta com suporte de uma fábrica satélite, localizada em Alagoa Nova-PB. Deve-se destacar que é a indústria que mais emprega no município de Campina Grande, assim como a região adjacente, como os municípios de Queimadas-PB, Massaranduba-PB, Lagoa Seca e Puxinanã, que fazem parte do arranjo populacional de Campina Grande/PB, segundo o estudo das Regiões de Influência das Cidades de 2018 (IBGE, 2020).

Na cidade a empresa se serve de relações com a FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba), em especial do Sindicato Patronal dos Calçadistas da Paraíba. Também se aproveita de uma mão de obra treinada a partir de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social da Indústria (Sesi), recebe isenções fiscais do estado da Paraíba e da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Ou seja, ela produz, mas também é produzida por uma rede de instituições, relativamente orgânica.

Devemos destacar que a empresa passa por mudanças no controle de seu capital, principalmente após os anos 2017. Nesse ano, a Alpargatas é comprada por três grupos internacionais, a Brasil Warrant, Itaúsa e Cambuhy Fundos de Investimentos, pelo grupo J&F Investimentos<sup>8</sup>, podemos preliminarmente perceber que, mudanças nos atores-rede (antes Camargo Corrêa, Repassado para a J&F em 2015 e para a Itaúsa, Warrant, Cambuhy em 2017), acionistas da Alpargatas, representam uma mudança na estrutura da rede a qual a empresa está inserida<sup>9</sup>, visto que, a rede, é além de uma relação e um processo, um mecanismo causal (DICKEN et al, 2001, p. 96), uma mudança em suas partes impacta necessariamente na sua configuração, ou em outros pontos, a entrada desses novos atores, muda a atuação da empresa

---

<sup>7</sup> A empresa possui 3 fábricas e 6 fábricas satélites, contabilizando 9 cidades diferentes onde a mesma atua no Estado, em Campina Grande emprega cerca de 8000 funcionários, em Alagoa Nova 800, em Guarabira cerca de 450.

<sup>8</sup> Para entender melhor essa mudança no controle do capital da empresa veja (FERREIRA, 2018, p. 103, 110-111)

<sup>9</sup> Em junho de 2020, as fábricas da Alpargatas Argentina, de produção têxtil, em mais de 14 milhões de dólares, ou seja, ao que parece a empresa está buscando reestruturar sua produção, com o objetivo de se tornar mais competitiva no mercado e direcionar o seu capital para o ramo calçadista, aumentando seu poder de atuação vertical na cadeia global de valor dos calçados.





que passa cada vez mais a atuar na escala internacional (exportação principalmente de sandálias Havaianas).

Ao tratarmos da escala de atuação internacional, podemos observar um reordenamento de sua estratégia empresarial. Apesar de ainda estarmos inferindo, podemos dizer que está em curso um reescalonamento da empresa e expansão de sua rede, como por exemplo, a realização de um contrato *joint venture*, com outra empresa da Índia<sup>10</sup>. Esse novo fato, corresponde a um aumento da flexibilização da produção, nesse contrato, uma fábrica de uma outra empresa na Índia (bem mais próximo ao seu mercado consumidor principal (União Européia), – com uma mão de obra mais barata, visto o contingente de habitantes e com leis trabalhistas mais frouxas –, permitirá a empresa produzir mais com menos custos, sem encargos trabalhistas, durante um ano. Com o término do contrato, a empresa se vê livre de qualquer outra obrigação, essa estrutura jurídica e normativa, não se encontra no Brasil, podendo representar futuramente uma desconcentração de sua produção para países com a mão de obra ainda mais barata.

Ou seja, pode representar em um futuro de próximo, uma necessidade de expandir sua rede de escritórios, sua cadeia produtiva, ou sua rede de consultoria, concentrar o número de fornecedores, ou sua rede de solidariedade com outros Estados, e outras empresas mundo a fora, além de diminuir a importância dos nós em outras localidades, e outros agentes, como por exemplo as empresas da Mizuno Corporation, empresa japonesa dona da marca Mizuno. Visto que o valor agregado da mercadoria produzida é menor do que o das sandálias Havaianas. Isso implicaria no afrouxamento, ou mesmo no desatamento de nós da rede formada no Estado da Paraíba e outros estados onde a empresa produz alguns itens que podem não ser tão rentáveis, ou que seja, a necessidade de desmobilizar determinados capitais, poderia vir a causa uma desterritorialização do Estado (perda de divisas) e impactos nos lugares que sediam tais fábricas. Isso tudo em função da venda da empresa para um grupo de investidores, mudança na diretoria, um novo governo no Brasil onde a empresa está sediada, (esse que possui uma agenda econômica explicitamente neoliberal).

O que formulamos como hipótese, é que a mudança na rede de solidariedade da empresa, pode vir a gerar um impacto em um futuro próximo na Paraíba, principalmente nas fábricas de tênis (Guarabira, Santa Rita) como já vem acontecendo em João Pessoa, que remanejou a força de trabalho para a fábrica em Santa Rita. Acontecendo isso, haverá perda econômica, talvez não tão grande para o Estado como um todo, mas sim, bem maior nos menores pontos da rede,

---

<sup>10</sup> ALPARGATAS conclui negociação com Periwinkle para formação de joint venture, 11 de Dezembro de 2018. Acesso em 06/11/2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/alpargatas-conclui-negociacao-com-periwinkle-para-formacao-de-joint-venture/>



tornando as condições econômicas desses lugares menos viáveis onde a empresa se instala, assim como um desmantelamento parcial em certas regiões do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado os limites próprios de um ensaio dessa natureza, podemos dizer que a proposta metodológica da TLER, nos permite avançar teoricamente na discussão acerca das relações socioespaciais. Pontuamos que a natureza criativa dessa abordagem, implica uma maior liberdade de trabalhar conjuntamente as diferentes dimensões e escalas socioespaciais.

Como pode ser visto, uma análise crítica desse tipo, precisa considerar a centralidade de uma teoria do Estado e uma teoria da regulação. Ou seja, entender a forma como o Estado e as diferentes classes produzem um conjunto de normas e um modo de regulação econômico e social que é definido e define a configuração do(s) território(s). Nesse sentido, se faz necessário observar as estratégias e práticas dos agentes hegemônicos no espaço. A forma como esses agentes produzem e consomem o espaço, mas também como se articulam em redes, produzem redes, redimensionam e produzem as escalas.

Entender essa dimensão multiescalar e multidimensional, nos permitiu refletir sobre forma como a Alpargatas S.A organiza sua produção do território paraibano, participando de uma rede de atores que se complementam, coordenam ações, estratégias, e determinam normas partir de um mesmo lugar.

Da mesma forma a empresa se serve de uma nova regulação dos territórios brasileiros e da Índia, que permitem a empresa expandir sua produção, sem possuir compromisso algum, com qualquer território, e principalmente com os trabalhadores. Nesses termos, o reescalonamento de sua atuação é paralelo a flexibilização do trabalho crescente no mercado de trabalho global, podendo representar uma futura reconfiguração de seu sistema produtivo no Brasil e principalmente na Paraíba.

Por fim, esse estudo, tem por finalidade, instigar o debate e o surgimento de outras propostas metodológicas, ou operacionalizações da mesma. Esperamos de alguma forma, com isso contribuir para o surgimento de estudos criativos e corajosos. Importa entender de forma complexa, como as relações de poder são produzidas em suas devidas escalas e a forma como se articulam em redes, produzindo o território brasileiro em suas múltiplas dimensões normativas.

## REFERÊNCIAS



ALPARGATAS, Relatório Anual E Social, 2004. (Acesso em 30/03/2020)

<http://alpargatas.riweb.com.br/relatorio/2004/files/assets/basic-html/page1.html>

ALPARGATAS. Relatório Da Administração, 2012(Acesso em 30/03/2020)

ALPARGATAS. Relatório da Administração, 2011. (Acesso em 30/03/2020)

<https://ri.alpargatas.com.br/Download.aspx?Arquivo=45u8eGIPvM/6ECWGff2z+g==&IdCanal=Dr4/2EUxsw/SsU/edOLI/w==>

ALPARGATAS S.A Demonstrações Financeiras. (Acesso em 30/03/2020), Em:

<https://ri.alpargatas.com.br/listgroup.aspx?idCanal=Dr4/2EUxsw/SsU/edOLI/w==>

\_\_\_\_\_.2010

\_\_\_\_\_.2012

\_\_\_\_\_.2014

\_\_\_\_\_.2016

\_\_\_\_\_.2019

ALPARGATAS S.A Formulário de Referência, 2019 (Acesso em 30/03/2020)

BRENNER, N. JESSOP, B. e JONES, M. **Teorizando as Relações Socioespaciais**, tradução: Camila de Brito e Fabiana Ribeiro. GEOgraphia, vol19, n.41, 2017: set./dez, Niterói, Universidade Federal Fluminense, ISSN 15177793 (eletrônico), 108-119.

DICKEN, KELLY, OLDS AND YEUNG. (2001) **Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy**, Global Networks 1, 2 , 89-112.

FERREIRA, Marcos Antonio da Silva. **Corporação e Geografia: A Organização Territorial e Produtiva do Grupo Alpargatas S.A na Paraíba**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalvez. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades** - 2018. Rio de Janeiro. IBGE, 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 2 Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.